

# CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

**EDITAL EQT N° 1/2024**



## QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL PARA PERITO CONTÁBIL

**Tarde**

**Tipo 2 - VERDE**

Organizadora:



**PROVA: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL PARA PERITO CONTÁBIL****QUESTÕES OBJETIVAS****Questão 01**

A Resolução CFC nº 1.640/2021 atualizou a Resolução anterior que dispunha sobre as prerrogativas dos profissionais de contabilidade, visando a sua adequação às necessidades de um mercado de trabalho dinâmico, significativamente afetado pela evolução da tecnologia. Nesse contexto, suponha que AB, contador inscrito no CRC, receba proposta de um banco comercial para trabalhar na elaboração de projetos e estudos sobre operações financeiras, inclusive de debêntures, *leasing* e *lease-back*. À luz da Resolução CFC nº 1.640/2021, é correto afirmar que AB

- A) pode aceitar a proposta, pois se trata de atividades privativas dos técnicos em contabilidade.
- B) pode aceitar a proposta, pois as atividades descritas são privativas dos profissionais da contabilidade.
- C) não pode aceitar a proposta, pois tais atividades não são consideradas privativas dos profissionais da contabilidade.
- D) não pode aceitar a proposta, pois tais atividades são privativas dos profissionais da área da economia e de administração.
- E) pode aceitar a proposta, pois se trata de atividades compartilhadas, ou seja, aquelas cujo exercício é prerrogativa dos profissionais da contabilidade e de outras profissões.

**Questão 02**

João, contador formado há 45 anos, cansado das rotinas contábeis e querendo aproveitar mais a vida com a família, decidiu reduzir a execução de seus serviços no escritório de contabilidade, para, no futuro (após quatro anos), parar de trabalhar definitivamente. Considerando os preceitos que regem o Código de Ética do Profissional Contador (NBC PG 01), nesse caso, o contador João pode transferir

- A) o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre de forma verbal.
- B) parcialmente, o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência deste, sempre por escrito.
- C) parcialmente, a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica.
- D) integralmente, a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência deste, desde que por escrito, lavrado em cartório.
- E) integralmente, a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, desde que transfira, também, a responsabilidade técnica, o que dispensa a anuência do cliente.

**Questão 03**

A NBC PG 100 (R1) dispõe sobre o cumprimento do Código, que, nesse caso, se refere ao conjunto das NBCs PG 100 (R1), 200 (R1) e 300 (R1) e da NBC PA 400 e da NBC PO 900, que tem por base o Código de Ética do Comitê Internacional de Normas Éticas para Contadores (*International Ethics Standards Board for Accountants – IESBA*) da *International Federation of Accountants – IFAC*, dos princípios fundamentais e da estrutura conceitual. Em relação ao cumprimento do Código, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pode haver circunstâncias em que leis ou regulamentos impeçam o profissional da contabilidade de cumprir com determinadas partes do Código. Nessas circunstâncias, essas leis e regulamentos prevalecem e o profissional da contabilidade deve cumprir com todas as outras partes do Código.
- II. O profissional da contabilidade, que identifica uma violação de qualquer outra disposição do Código, deve avaliar a importância da violação e seu impacto na sua capacidade de cumprir com os princípios fundamentais. Ele também deve tomar quaisquer ações que possam estar disponíveis, tão logo quanto possível, para tratar as consequências da violação de forma satisfatória.
- III. O profissional da contabilidade que identifica uma violação de qualquer outra disposição do código deve avaliar a importância da violação e seu impacto na sua capacidade de cumprir com os princípios fundamentais. Ele também deve determinar se deve comunicar a violação às partes pertinentes.
- IV. O profissional da contabilidade pode se deparar com circunstâncias incomuns nas quais ele acredita que o resultado da aplicação de exigência específica do código seria desproporcional ou que não seria do interesse público. Nessas circunstâncias, ele não precisa consultar o órgão profissional ou regulador.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

### Questão 04

As NBC TG são Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais. Elas podem ser segregadas em normas completas, normas simplificadas para Pequenas e Médias Empresas – PME e normas específicas. Considerando a segregação das NBC TG, conforme disposições da Resolução CFC nº 1.328/2011 e alterações posteriores, assinale a afirmativa correta.

- A) As normas completas são aquelas que compreendem as ITs e os CTs editados pelo CFC sobre entidades, atividades e assuntos específicos.
- B) As normas específicas são aquelas que compreendem as ITs e os CTs editados pelo IASB sobre entidades, atividades e assuntos específicos, numerados de 1000 a 1999.
- C) As normas completas são aquelas que compreendem as normas editadas pelo CFC a partir dos documentos emitidos pelo CPC que estão convergentes com as normas do IASB, numeradas de 00 a 999.
- D) As normas simplificadas para PMEs são aquelas que compreendem a norma de PME editada pelo IASB a partir do documento emitido pelo CFC, bem como as ITs e os CTs editados pelo IASB sobre o assunto.
- E) As normas específicas são aquelas que compreendem as normas editadas pelo CFC a partir dos documentos emitidos pelo IASB que estão convergentes com as normas do CPC, numeradas de 2000 a 2999.

### Questão 05

As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, que se classificam em Profissionais e Técnicas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos. Sobre a estruturação das Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais e Técnicas (Resolução CFC nº 1.328/2011 e alterações posteriores), assinale a afirmativa correta.

- A) NBC TI são as Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais aplicáveis aos contadores que atuam como auditores internos.
- B) NBC PP são as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas especificamente aos contadores que atuam como peritos.
- C) NBC PI são as Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais aplicadas especificamente aos contadores que atuam como auditores internos e externos.
- D) NBC TA são as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicáveis especificamente à asseguarção convergentes com as Normas Internacionais de Asseguarção emitidas pela IFAC.
- E) NBC TR são as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas à revisão convergentes com as Normas Internacionais de Revisão emitidas pela *International Federation of Accountants – IFAC*.

### Questão 06

De acordo com a NBC PG 100(R1), o profissional da contabilidade deve cumprir com o princípio da competência profissional e devido zelo. Em relação à competência profissional e devido zelo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O profissional de contabilidade deve agir de forma diligente e de acordo com os padrões técnicos e profissionais aplicáveis.
- B) A diligência abrange a responsabilidade de agir de acordo com os requisitos de designação de forma cuidadosa, exaustiva e tempestiva.
- C) O profissional de contabilidade deve cumprir com as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer conduta da qual ele tem conhecimento ou deveria ter conhecimento que pode desacreditar a profissão.
- D) Quando apropriado, o profissional da contabilidade deve informar os clientes, a organização empregadora ou os outros usuários dos seus serviços ou atividades profissionais sobre as limitações inerentes aos serviços ou às atividades.
- E) A manutenção da competência profissional requer a consciência contínua e o entendimento dos desenvolvimentos técnicos, profissionais e comerciais pertinentes. O desenvolvimento profissional contínuo permite que o profissional da contabilidade desenvolva e mantenha as habilidades para apresentar desempenho competente no ambiente profissional.

### Questão 07

Tendo em mente as disposições da NBC TP 01 (R1), sobre os procedimentos aplicáveis na etapa de execução do trabalho pericial, avalie os itens a seguir:

1. Diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
2. O ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.
3. Verificação dos elementos probantes juntados aos autos e o confronto com as premissas estabelecidas.
4. Pesquisa que busca constatar o que está oculto por quaisquer circunstâncias.

Os procedimentos descritos correspondem, respectivamente, às definições de:

- A) 1. Vistoria 2. Mensuração 3. Certificação 4. Exame.
- B) 1. Vistoria 2. Arbitramento 3. Certificação 4. Exame.
- C) 1. Investigação 2. Avaliação 3. Testabilidade 4. Indagação.
- D) 1. Indagação 2. Avaliação 3. Testabilidade 4. Investigação.
- E) 1. Vistoria 2. Mensuração 3. Testabilidade 4. Investigação.

**Questão 08**

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC PP 01 (R1) estabelece diretrizes inerentes à atuação do contador na condição de perito. À luz de suas disposições, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) Tratando-se de perícia que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, deve o perito emitir parecer sobre cada uma delas, no mesmo laudo pericial, se estiver legalmente capacitado, comunicando ao juízo a remuneração adicional pretendida.
- ( ) Ao perito é vedado solicitar ressarcimento de custos havidos na realização dos trabalhos, a exemplo de despesas com viagens, hospedagens, transporte, alimentação. Neste sentido, a proposta de honorários deve considerar apenas a remuneração pelo serviço técnico efetivamente prestado.
- ( ) O perito nomeado, no desempenho de suas funções, deve propugnar pela imparcialidade, dispensando igualdade de tratamento às partes e, especialmente, aos assistentes técnicos. Contudo, não se considera uma atitude parcial fazer uso de trabalho técnico-científico anteriormente publicado pelo perito nomeado que verse sobre matéria em discussão.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) V, F, F.
- C) V, V, F.
- D) F, F, V.
- E) F, V, F.

**Questão 09**

Suponha que JC, perito qualificado no Exame de Qualificação Técnica – EQT e detentor de registro no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis – CNPC, é nomeado pelo Poder Judiciário para atuar em um processo de recuperação judicial da ABC Ltda. Ocorre que, antes da decretação de recuperação judicial, JC havia emprestado significativa quantia em dinheiro para JB, sócio-diretor da ABC Ltda., quantia esta que jamais fora restituída a JC. Diante da situação hipotética e com base nas disposições da NBC PP 01 (R1), sobre impedimentos profissionais, assinale a afirmativa correta.

- A) JC pode aceitar o encargo de realizar a perícia para a qual foi nomeado, mas deve comunicar a circunstância ao juízo de forma escrita ou verbal.
- B) JC deve recusar o encargo sem apresentar qualquer justificativa, peticionando ao juízo sua inclusão no quadro de credores da ABC Ltda.
- C) JC pode aceitar o encargo de realizar a perícia para a qual foi nomeado, não necessitando informar ao juízo que mantém relação negocial com o representante da empresa.
- D) A conduta correta por parte de JC é se declarar impedido de aceitar o encargo para o qual foi nomeado, justificando a negativa, pois a situação em apreço pode interferir em sua isenção.
- E) Caso JC se comprometa a atuar de forma imparcial e isenta, mediante assinatura de termo de declaração, ele pode aceitar o encargo de realizar a perícia para a qual foi nomeado.

**Questão 10**

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TP 01 (R1), emanada pelo Conselho Federal de Contabilidade, estabelece diretrizes e procedimentos técnico-científicos a serem observados pelo perito, quando da realização de perícia contábil, no âmbito judicial e extrajudicial. Baseado em suas disposições, analise as afirmativas a seguir.

- I. O laudo pericial não está restrito ao objeto da perícia definido pelo juízo, podendo o perito, quando entender necessário, e de forma circunstanciada, tratar de assuntos alheios ao objeto delimitado.
- II. Dentre outros, são objetivos do planejamento da perícia identificar potenciais problemas e riscos que possam vir a ocorrer no andamento da perícia e identificar fatos importantes para a solução da demanda, de forma que não passem despercebidos ou não recebam a atenção necessária.
- III. Na etapa de execução dos procedimentos necessários à conclusão dos trabalhos, é vedado qualquer tipo de comunicação entre o perito do juízo e os eventuais assistentes técnicos das partes, como medida de imparcialidade.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

**Questão 11**

A administração da Escoando Logística S/A concluiu, em 15 de fevereiro de 2022, a minuta das demonstrações contábeis do período contábil findo em 31 de dezembro de 2021. Em 24 de março de 2022, a diretoria autorizou a emissão das demonstrações. Em 31 de março de 2022, as demonstrações contábeis foram disponibilizadas aos acionistas. Em 30 de abril de 2022, as demonstrações contábeis foram aprovadas na assembleia geral ordinária. Importante destacar que alguns eventos importantes ocorreram após o término do período contábil, a saber:

- I. Evento ocorrido em 25/02/2022: decisão final confirmando condenação e valor de pagamento de processo judicial. O balanço patrimonial em 31/12/2021 já registrava provisão de R\$ 450.000,00 no passivo circulante; contudo, o valor definido a ser pago é de R\$ 550.000,00.
- II. Evento ocorrido em 23/03/2022: redução de R\$ 80.000,00 no valor justo de investimento em sociedade coligada avaliado pelo método de equivalência patrimonial e contabilizado no ativo não circulante em 31/12/2021.
- III. Evento ocorrido em 26/03/2022: venda de parcela significativa de produtos que estavam em estoque em 31/12/2021 por valor inferior ao custo de aquisição. Os produtos contabilizados no estoque por R\$ 300.000,00 foram vendidos por R\$ 280.000,00.
- IV. Evento ocorrido em 27/03/2022: destruição por incêndio de parte das instalações da fábrica, as quais apresentavam valor contábil líquido de R\$ 40.000,00, em 31/12/2021.

Tendo em vista exclusivamente as informações apresentadas, desconsiderando eventuais efeitos fiscais relacionados aos quatro eventos evidenciados, com base nas disposições da NBC TG 24 (R2) – Evento Subsequente, o total do ajuste a ser contabilizado no resultado do período contábil findo em 31 de dezembro de 2021 da Escoando Logística S/A é uma redução de:

- A) R\$ 100.000,00.
- B) R\$ 120.000,00.
- C) R\$ 180.000,00.
- D) R\$ 200.000,00.
- E) R\$ 220.000,00.

**Questão 12**

Determinada indústria de cosméticos desenvolveu um *software* para controlar e gerar informações em tempo real de processos mecanizados de mistura e dosagem de produtos de higiene pessoal. Um auditor foi instado a avaliar o reconhecimento e a mensuração de um *software* contabilizado no ativo intangível dessa indústria. A indústria incorreu nos seguintes gastos com o projeto do *software*:

1º trimestre de 2020: foram gastos R\$ 30.000,00 com estudos de viabilidade, definições de funcionalidades do *software*, identificação de fornecedores, dentre outras atividades;

2º trimestre de 2020: foram gastos R\$ 50.000,00 em atividades que envolviam etapas finais de pesquisas e iniciais de desenvolvimento, mas não foi possível segregar com precisão os valores gastos em cada fase;

3º trimestre de 2020: foram gastos R\$ 180.000,00 na fase de desenvolvimento do *software*. Nessa fase, a efetividade do *software* foi comprovada e foi elaborado um estudo que demonstrou que a utilização do *software* geraria benefícios econômicos futuros para a indústria.

Outubro de 2020: para a correta utilização do *software*, foram gastos R\$ 15.000,00 com o treinamento dos funcionários de determinadas linhas de produção.

1º de janeiro 2021: data em que o *software* foi considerado apto e disponível para o uso. A indústria realizou teste de recuperabilidade do ativo e avaliou que o valor em uso do *software* era de R\$ 200.000,00.

A vida útil do *software* foi estimada em 5 anos e amortizado pelo método linear. Ao final dos dois períodos contábeis seguintes, a indústria realizou testes de redução ao valor recuperável (*impairment*) do *software* e apurou os seguintes valores:

Data do teste	Valor justo líquido de despesa de venda	Valor em uso
31/12/2021	R\$ 130.000,00	R\$ 140.000,00
31/12/2022	R\$ 100.000,00	R\$ 118.000,00

Importante destacar que, em 31/12/2022, há elementos que indicam que os motivos que ensejaram a perda por desvalorização reconhecida anteriormente não mais persistem. Considerando essas informações e, ainda, de acordo com a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e com a NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível, é correto afirmar que o valor contábil líquido (deduzido o saldo da amortização acumulada) do *software*, em 31/12/2022, foi de:

- A) R\$ 100.000,00.
- B) R\$ 108.000,00.
- C) R\$ 109.000,00.
- D) R\$ 117.000,00.
- E) R\$ 118.000,00.

**Questão 13**

A Indústria MPL Gerais S/A detém a propriedade de diversos imóveis, os quais estão classificados em mais de uma rubrica do ativo de seu balanço patrimonial. A classificação (apresentação) e os critérios de avaliação dos imóveis são apresentados no quadro a seguir:

Imóvel nº	Rubrica contábil	Critério de avaliação	Saldo contábil 31/12/2023
1	Investimento (ativo não circulante)	Custo de aquisição. Destinado a gerar receitas de aluguel.	R\$ 700.000,00
2	Investimento (ativo não circulante)	Custo de aquisição. Uso ainda incerto e não definido.	R\$ 750.000,00
3	Ativo não circulante mantido para venda (ativo circulante)	Valor justo menos as despesas de venda. Destinado para venda.	R\$ 800.000,00
4	Imobilizado (ativo não circulante)	Custo de aquisição menos depreciação acumulada. Utilizado nas atividades operacionais (fábrica).	Custo de aquisição: R\$ 1.100.000,00 Depreciação acumulada: R\$ 250.000,00 Valor contábil líquido: R\$ 850.000,00

A administração da Indústria MPL Gerais S/A, com vistas a aumentar a rentabilidade dos seus ativos, alterou a destinação e a utilização de determinados imóveis de sua propriedade. Consequentemente, alguns imóveis devem ser transferidos (reclassificados) para outras contas contábeis do balanço patrimonial, de acordo com a nova utilização adotada e com as normas contábeis vigentes. Para a elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a equipe de auditoria revisou os registros contábeis e a documentação suporte e entrevistou a alta administração da companhia. Aos auditores foram apresentados os estudos e documentos que aprovaram a nova destinação definida para os ativos. Adicionalmente, foi apurado o valor justo para todos os imóveis, mesmo para aqueles que serão avaliados pelo custo de aquisição. De acordo com esses documentos, a nova destinação, o valor justo e os critérios de avaliação dos imóveis são os seguintes:

Imóvel nº	Nova utilização vigente a partir de 31/12/2023	Observações
1	Destinado à venda. Atende aos requisitos para classificação como ativo não circulante mantido para venda (NBC TG 31 (R4)).	Valor justo: R\$ 950.000,00 Despesas de venda: R\$ 100.000,00
2	Passou a abrigar as atividades administrativas e comerciais da companhia.	Valor justo: R\$ 830.000,00
3	Destinado para gerar receitas de aluguel.	Valor justo: R\$ 900.000,00
4	Sem alteração de uso.	Valor justo: R\$ 1.000.000,00

A partir de 31/12/2023, a companhia passou a adotar a política contábil de avaliar as propriedades para investimento pelo método do valor justo. Com base exclusivamente nas informações apresentadas, considerando o disposto na NBC TG 28 (R4) – Propriedade para investimento, na NBC TG 27 (R4) – Ativo imobilizado e na NBC TG 31 (R4) – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, os ajustes decorrentes das novas utilizações e avaliações dos imóveis provocaram efeito líquido no resultado da Indústria MPL Gerais S/A do exercício findo em 31/12/2023, no valor de:

- A) R\$ 80.000,00.
- B) R\$ 100.000,00.
- C) R\$ 150.000,00.
- D) R\$ 180.000,00.
- E) R\$ 250.000,00.

**Questão 14**

Em 31/12/2022, a Galvaniza Aços Planos S/A possuía 30% do capital social da coligada *Expert Metais S/A*. No balanço patrimonial da Galvaniza Aços Planos S/A, o investimento na coligada estava contabilizado na rubrica Investimento no ativo não-circulante e era avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Durante o exercício de 2023, foram contabilizados os seguintes eventos no patrimônio líquido da coligada *Expert Metais S/A*:

- Lucro líquido do exercício: R\$ 2.000.000,00
- Constituição de reservas de lucros: R\$ 2.000.000,00
- Ajuste de avaliação patrimonial (credor): R\$ 100.000,00

**Informações adicionais (exercício de 2023):**

A investida *Expert Metais S/A* vendeu para a investidora Galvaniza Aços Planos S/A, por R\$ 200.000,00, produtos que lhe custaram R\$ 180.000,00. Os tributos que incidiram sobre o lucro dessa venda foram de 30%. Esses produtos não foram comercializados pela investidora e permaneciam contabilizados nos estoques da Galvaniza Aços Planos S/A, em 31/12/2023. Durante o ano de 2023, a alta administração da Galvaniza Aços Planos S/A decidiu e se comprometeu a vender metade da participação no capital social da coligada *Expert Metais S/A*. Com essa decisão, em atendimento ao disposto na NBC TG 31 (R4) – Ativo Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, metade do saldo contábil do investimento na *Expert Metais S/A* foi reclassificada como “ativo não circulante mantido para venda”, permanecendo a participação remanescente de 15% no ativo não circulante. A participação remanescente passa a não deter influência significativa, deixando de ser classificada como coligada. Com base exclusivamente nas informações apresentadas, considerando o disposto na NBC TG 18 (R3) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, o valor da receita de equivalência patrimonial contabilizado no resultado da investidora Galvaniza Aços Planos S/A, no exercício de 2023, foi de:

- A) R\$ 0,00.
- B) R\$ 297.900,00.
- C) R\$ 300.000,00.
- D) R\$ 312.900,00.
- E) R\$ 315.000,00.

**Questão 15**

Conforme dispõe a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, entende-se por retificação de lançamento, o processo técnico de correção de registro realizado com erro na escrituração contábil da entidade e pode ser feito por meio de estorno, de transferência e de complementação. Quanto às possíveis retificações, relacione adequadamente as formas aos seus respectivos conceitos.

1. Lançamento de Complementação.
  2. Lançamento de Estorno.
  3. Lançamento de Transferência.
- ( ) Lançamento inverso àquele feito erroneamente, anulando-o totalmente. Esse tipo de retificação pode ser utilizado quando ocorre a duplicidade de um mesmo lançamento contábil na escrituração.
  - ( ) Promove a regularização de conta indevidamente debitada ou creditada, por meio da transposição do registro para a conta correta.
  - ( ) Reduz ou aumenta o valor anteriormente registrado, para que ele apresente corretamente o valor do evento lançado.

**A sequência está correta em**

- A) 1, 2, 3.
- B) 1, 3, 2.
- C) 2, 1, 3.
- D) 2, 3, 1.
- E) 3, 1, 2.

**Questão 16**

De acordo com a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, documentação contábil é aquela que comprova os fatos que originam lançamentos na escrituração da entidade e compreende todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, de origem interna ou externa, que apoiam ou compõem a escrituração. Considerando a definição de documentação contábil e conhecimentos adicionais a respeito do tema, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) A documentação contábil é hábil quando revestida das características intrínsecas ou extrínsecas dispensáveis, sem obrigatoriedade de definição legal ou na técnico-contábil.
- ( ) São características intrínsecas dos documentos contábeis: conter informações relevantes e necessárias para comprovar o fato contábil; confiáveis e refletir a realidade dos eventos; não deve estar adulterado ou incompleto; autenticidade; e, consistente com outros registros contábeis.
- ( ) São características extrínsecas dos documentos contábeis: legalidade – deve estar em conformidade com a legislação vigente; técnico-contábil – seguir os princípios e normas contábeis; usos e costumes – aceitações práticas e tradicionais na área contábil.
- ( ) São considerados documentos fiscais, dentre outros: NF-e de produtos ou mercadorias; NFC-e (nota fiscal do consumidor eletrônico); e, NFS-e (nota fiscal de serviço eletrônica).

**A sequência está correta em**

- A) F, F, V, F.
- B) F, V, V, V.
- C) V, F, F, F.
- D) V, F, V, F.
- E) V, V, F, F.

**Questão 17**

A ITG 2002 (R1) estabelece que as entidades sem fins lucrativos devem elaborar as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas. Sobre referidas demonstrações contábeis e as entidades as quais se relacionam, considerando as disposições da ITG 2002 (R1), analise as afirmativas a seguir.

- I. As informações sobre gratuidades concedidas e serviços voluntários obtidos devem ser destacadas na Demonstração do Resultado do período. Outrossim, também devem ser divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade.
- II. As doações obtidas ou recebidas, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, devem ser classificadas nos fluxos das atividades de investimentos.
- III. O Balanço Patrimonial deve apresentar, Patrimônio Social em substituição ao termo Patrimônio Líquido, no qual deve constar a conta Capital.
- IV. Os termos *superavit* e *deficit* do período devem substituir, respectivamente, os termos lucros e prejuízos nas Demonstrações Contábeis.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

**Questão 18**

A NBC TG 1000 (R1) versa sobre as demonstrações contábeis para fins gerais de empresas de pequeno e médio porte (PMEs), detalhando a adequada apresentação das demonstrações contábeis e os critérios a serem observados para que elas estejam em conformidade com o disposto na referida norma. Dentre tais critérios, um pode ser assim resumido: Exceto quando a NBCTG 1000 (R1) permitir ou de outra forma exigir, a entidade deve divulgar informações referentes ao período anterior para todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente e, também, a informação descritiva e detalhada para a compreensão das demonstrações contábeis do período corrente. Referido excerto trata-se de:

- A) Continuidade.
- B) Informações comparativas.
- C) Materialidade e agregação.
- D) Frequências de apresentações.
- E) Uniformidade de apresentações.

**Questão 19**

À luz da NBC TSP, que estabelece os conceitos aplicáveis à elaboração e à divulgação formal dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) As variações patrimoniais aumentativas devem ser reconhecidas contabilmente no momento da ocorrência do fato contábil gerador de acréscimo patrimonial líquido, enquanto as diminutivas, no momento da liquidação da despesa orçamentária.
- ( ) Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, mas deve-se buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações.
- ( ) Os preceitos da NBC TSP aplicam-se de forma obrigatória às Autarquias, aos Consórcios Públicos, às Fundações Públicas e às empresas estatais independentes.

A sequência está correta em

- A) F, V, F.
- B) V, F, F.
- C) V, V, F.
- D) F, F, V.
- E) F, V, V.



### Questão 20

Suponha que determinado Estado brasileiro possua apenas 3% das ações com poder de voto da Companhia Estadual de Energia Elétrica. Por considerar que o setor é estratégico para o desenvolvimento regional, o Estado pretende adquirir uma quantidade de ações com direito a voto que lhe garanta influência significativa naquela empresa. Nesse contexto e com base na NBC TSP 18, assinale a afirmativa correta.

- A) A aquisição dos títulos patrimoniais de uma entidade que detenha a propriedade substancial ou majoritária de determinada Companhia não é um meio válido de se obter influência significativa nas decisões desta.
- B) Para exercer influência significativa nas decisões operacionais da Companhia, o Estado deverá adquirir, necessariamente, uma quantidade de ações com direito a voto apta a lhe possibilitar controle individual da entidade.
- C) Se o Estado detém, de forma direta ou indireta, menos de vinte por cento do poder de voto da Companhia, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada.
- D) Se, em decorrência do aumento na participação acionária, o Estado vier a avaliar o investimento pelo método da equivalência patrimonial, as distribuições de dividendos recebidas da Companhia aumentarão o valor contábil do investimento.
- E) Ainda que o Estado adquira uma quantidade de ações que lhe garanta influência significativa, o investimento não poderá ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial, para o que é exigida a propriedade superior a cinquenta por cento das ações ordinárias.

### Questão 21

Segundo a NBC TSP-21, que versa sobre “Combinações no Setor Público”, combinação é a união de operações separadas em uma entidade do setor público. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Combinação sob controle comum é aquela na qual todas as operações ou entidades envolvidas são, em última instância, controladas pela mesma entidade tanto antes quanto depois da combinação.
- II. Se nenhuma das partes da combinação obtiver o controle de uma ou mais operações como resultado da combinação, esta deve ser classificada como cisão.
- III. Se uma das partes da combinação obtiver o controle de uma ou mais operações como resultado da combinação, a entidade deve considerar a essência econômica desta e classificá-la como fusão ou aquisição. A combinação em que uma das partes obtém o controle de uma ou mais operações deve ser classificada como aquisição, a menos que tenha a essência econômica de fusão.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

### Questão 22

No exercício das funções que lhe são atribuídas, é fundamental que o perito contábil tenha conhecimento do papel de cada ator na tramitação e na realização de atos em um processo judicial. Levando-se em consideração as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, da legislação correlata, das normas infralegais vigentes, bem como dos entendimentos doutrinários dominantes, assinale a afirmativa correta.

- A) A Defensoria Pública é composta por advogados que atuam em caráter privado, também chamados de dativos, que são nomeados pelo Poder Judiciário para atuar na defesa de pessoas hipossuficientes financeiramente.
- B) A indispensabilidade do advogado à administração da Justiça, mencionada no texto constitucional em vigor, é absoluta, não havendo capacidade postulatória dos indivíduos para a prática de atos processuais perante o Judiciário.
- C) Os peritos e contabilistas são considerados auxiliares da Justiça que exercem atividade jurisdicional, com autonomia profissional, não sendo a eles aplicáveis as regras de impedimento e suspeição previstas na legislação processual civil.
- D) O Ministério Público foi incluído entre as funções essenciais à Justiça, incumbido da defesa da ordem pública, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis; por ser fiscal da ordem jurídica, não pode ser considerado como parte em processos judiciais.
- E) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

**Questão 23**

De acordo com o Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), analise as afirmativas a seguir.

- I. Diante de fato jurídico a ser provado, a prova resultante dos livros e das fichas dos empresários e das sociedades não é bastante nos casos em que a lei exige escritura pública, ou escrito particular revestido de requisitos especiais, e pode ser ilidida pela comprovação da falsidade ou inexatidão dos lançamentos.
- II. Com base no instituto da imputação do pagamento, se João estiver obrigado perante Maria, sua única credora, por cinco débitos de mesma natureza, ele tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos.
- III. Em se tratando de contrato de prestação de serviço, não se tendo estipulado, nem chegado a acordo as partes, fixar-se-á por arbitramento a retribuição, segundo o costume do lugar, o tempo de serviço e sua qualidade.
- IV. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

**Questão 24**

Lucrécia foi nomeada como perita pela autoridade judicial competente para atuar em processo que tramita em determinada vara da Comarca X. Sobre a proposta de honorários e a atuação de Lucrécia segundo o que determina o Código Processual Civil vigente e a NBC PP 01 (R1), assinale a afirmativa correta.

- A) É defeso a Lucrécia requerer o pagamento antecipado de honorários arbitrados a seu favor no início dos trabalhos.
- B) As despesas com viagens, hospedagens, transporte e alimentação se incluem no risco profissional envolvido na função, devendo obrigatoriamente estar inclusas na proposta de honorários a ser apresentada.
- C) O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente, sendo tal quantia corrigida monetariamente até seu efetivo pagamento.
- D) Incumbe exclusivamente ao juiz se manifestar sobre a proposta de honorários e arbitrar seu valor, não havendo apreciação desta pelas partes, vez que não possuem conhecimento técnico para tal análise.
- E) A proposta de honorários deve contemplar eventuais questões acessórias ao objeto da perícia, sendo vedado ao perito requerer complementação de honorários em razão de quesitos suplementares e/ou complementares.

**Questão 25**

O Código de Processo Civil em vigência dispõe, no Art. 156, que o juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, estabelecendo, ainda, que esse perito seja escolhido dentre profissionais legalmente habilitados, devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado. As partes podem, de comum acordo, indicar o perito, desde que sejam capazes e a causa seja passível de resolução por autocomposição. Considerando o exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ciente da nomeação, o perito apresentará em cinco dias a proposta de honorários; currículo, com comprovação de especialização; contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.
- II. O perito pode escusar-se ou ser recusado por impedimento ou suspeição.
- III. Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se dos meios necessários, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia, sendo defeso ouvir as testemunhas, pois, tal incumbência é exclusiva da autoridade judiciária.
- IV. O perito protocolará o laudo em juízo no prazo de cinco úteis dias antes da audiência de instrução e julgamento.

Tendo em vista as disposições normativas do Código de Processo Civil, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e IV, apenas.

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

## QUESTÕES DISSERTATIVAS

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Os textos das respostas das questões dissertativas serão avaliados quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados (demonstração de conhecimento aplicado) e da Língua Portuguesa aplicada.
- Para a avaliação serão atribuídos, no máximo, 25 (vinte e cinco) pontos para cada questão.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo nos casos em que o examinando tenha solicitado condição especial e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverá ser observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas.
- As folhas de respostas dos textos definitivos das questões dissertativas não poderão ser assinadas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que as identifiquem em outro local que não seja o estabelecido para isso, sob pena de anulação da resposta elaborada pelo examinando. Elas serão os únicos documentos válidos para a avaliação das questões dissertativas.
- As folhas para rascunho constantes no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não serão consideradas para fins de avaliação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora (nome, apelido, número de registro profissional, UF, dentre outros) na folha destinada à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.

**Questão 01****O caso do laudo impugnado**

José Martins, ex-sócio da empresa Fundamentos Ltda., tendo se retirado da sociedade, está discutindo, judicialmente, o valor de suas quotas, alegando estarem com valores inferiores a que tem direito, conforme estabelecido no contrato social. Sabe-se que José Martins não recebeu o valor de suas quotas na forma estabelecida contratualmente, mas ele não possui conhecimentos técnicos para justificar e para comprovar suas alegações a respeito do não recebimento dos valores legalmente devidos. Dessa forma, foi necessária a nomeação, pelo juízo, de um perito contábil para auxiliar na resolução do litígio.

Após a nomeação do perito contábil e da adoção de todas as medidas processuais pertinentes, tanto o magistrado quanto as partes envolvidas formularam inúmeros quesitos a serem respondidos pelo perito. Alguns dos quesitos formulados pela empresa Fundamentos Ltda. encontram-se dispostos, a seguir, com suas respectivas respostas.

Quesito 1: “Pode o senhor perito informar quando foi constituída a empresa Fundamentos Ltda., quais os nomes dos sócios fundadores e qual foi o Capital Social Integralizado?”

Resposta do perito ao quesito 1: “A empresa Fundamentos Ltda. foi constituída em 02 de janeiro de 2018 pelos senhores: José Martins, Carlos Moreira e Paulo Silveira. O capital social inicial integralizado foi de R\$ 100.000,00.”

Quesito 2: “Pode o senhor perito informar se o sócio José Martins se retirou da sociedade em 26 de outubro de 2020?”

Resposta do perito ao quesito 2: “Sim.”

Quesito 3: “Pode o senhor perito informar se o sócio retirante da empresa Fundamentos Ltda., Sr. José Martins, recebeu o justo valor pelas suas quotas conforme contrato social?”

Resposta do perito ao quesito 3: “Não recebeu, conforme contrato social.”

Quesito 4: “Pode o senhor perito informar, com base no Balanço Patrimonial, se o valor do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido estão corretos e consoantes com as normas contábeis vigentes, sendo hábil para expressar o real valor da sociedade?”

Resposta do perito ao quesito 4: “Sim, conforme anexos e demonstrativos.”

Quesito 5: “Pode o senhor perito informar se há valor diferente que possa ser atribuído às quotas da sociedade?”

Resposta do perito ao quesito 5: “Sim.”

Quesito 6: “Pode o senhor perito estabelecer os haveres dos sócios, segundo as suas participações no capital social e conforme contrato social?”

Resposta do perito ao quesito 6: “Acho que podem ser estabelecidas de duas formas, pelo valor patrimonial e pelo valor de mercado.”  
Concluso, o laudo pericial foi apresentado ao magistrado e às partes envolvidas. A empresa Fundamentos Ltda. solicitou a impugnação do laudo, solicitação esta que foi acatada pelo juiz, que determinou a imediata adoção das medidas legais cabíveis.

**Considerando a situação hipotética apresentada, disserte abordando especialmente os seguintes tópicos:**

1. Características essenciais de um laudo pericial.
2. Os argumentos que podem ter sido utilizados pela empresa Fundamentos Ltda. no convencimento do juiz e que resultou na impugnação do laudo.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

**Questão 02**

O Hospital AB possui participação do Governo Estadual e participação de particulares em sua composição societária. O Governo Estadual tem influência significativa sobre o Hospital, empresa investida, uma vez que mantém direito de propriedade quantificável e detém vinte e cinco por cento do poder de voto da investida. Presume-se, nesse caso, que o Governo Estadual tenha influência significativa sobre o Hospital AB.

**Considerando o disposto na NBC TSP 18 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e a situação hipotética apresentada, disserte sobre influência significativa e cite quatro formas de evidenciar a existência de influência significativa do referido Estado no Hospital.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



**CFC**



**CFC**

## INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica em material transparente de tinta azul ou preta de ponta grossa. No ingresso na sala de aplicação de provas, os examinandos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os examinandos nem a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo, bem como equipamentos eletrônicos e/ou de comunicação, dentre eles: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pen drive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou pulseiras magnéticas e/ou similares, carteiras etc. O Instituto Consulplan não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles causados. No caso de o examinando, durante a realização das provas, ser surpreendido portando/utilizando quaisquer objetos ou aparelhos eletrônicos citados, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e o examinando será ELIMINADO, automaticamente, do Exame.
2. Será admitido o uso de máquina calculadora desde que não permita o armazenamento de texto.
3. O tempo de duração da prova objetiva de múltipla escolha é de 4 (quatro) horas e abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas).
4. O Caderno de Provas consta de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha e 2 (duas) questões dissertativas. Ao receber o material de realização das provas, o examinando deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde à área de conhecimento pleiteada, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o examinando deverá informar tal ocorrência ao fiscal de aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
5. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), sendo apenas uma única resposta correta de acordo com o enunciado da questão. Para cada questão haverá, no Cartão de Respostas, cinco campos de marcações (A, B, C, D e E).
6. No dia da aplicação das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou critérios de avaliação, considerando que é dever do examinando estar ciente das normas contidas em Edital.
7. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio de rascunho.
8. Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de prova somente após 2 (duas) horas do seu início, sendo também liberada a entrega do caderno de provas no momento de sua saída. Ao término da prova deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas), que serão utilizados para a correção da prova. O examinando que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do Exame.
9. Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas e procederem à assinatura do respectivo termo de registro em ata de aplicação. Caso algum dos examinandos insista em sair do local de aplicação antes de ser autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo examinando e testemunhado por 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador da unidade de provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Exame.
10. Ao término da prova, o examinando deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso e a utilização dos sanitários da unidade.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos preliminares das questões objetivas serão divulgados no dia 29 de abril de 2024.
- O examinando poderá apresentar recursos, desde que devidamente fundamentados, de 00h00min do dia 30 de abril de 2024 às 23h59min do dia 02 de maio de 2024. Para recorrer, o examinando deverá encaminhar sua solicitação ao Instituto Consulplan, por meio do campo de Interposição de Recursos, na página referente ao Exame de Qualificação Técnica (EQT), no endereço eletrônico do Instituto Consulplan ([www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br)). Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.
- Os espelhos das respostas às questões dissertativas (imagem digital) serão disponibilizados na *internet*, no dia 17/06/2024, na página do Instituto Consulplan ([www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br)), no ambiente do examinando.
- Os examinandos poderão solicitar revisão das questões dissertativas do EQT (QTG, Perícia, CVM, BCB, Susep e Previc), das 00h00min do dia 18/06/2024 até às 23h59min do dia 19/06/2024, devendo o pedido ser enviado ao Instituto Consulplan, conforme orientação constante no endereço eletrônico ([www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br)). Não serão aceitos pedidos de revisão via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.